



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

GESTÃO DEMOCRÁTICA: AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO COLETIVA

Nathalia Cortes do Espirito Santo, Mestranda em Educação pela UNIRIO.

RESUMO

O presente trabalho tem como mote principal ampliar as discussões sobre conselhos escolares e gestão democrática, o objetivo é investigar as políticas educacionais que ampliem o acesso à cidadania, dentro de uma proposta ética educacional, democrática e inclusiva. O interesse pela investigação surge pela análise da própria Legislação Educacional que destaca a necessidade em construir formas de gestão democrática e participativa nas escolas, possibilitando assim uma verdadeira inserção. Este debate atual floresce pela própria necessidade de diminuir as profundas desigualdades sociais existentes no Brasil. Nesta perspectiva o sistema escolar é concebido como uma instância democrática, que estimule em seus estudantes o gosto da pergunta e pelo aprendizado crítico participativo. Para que isso se efetue é essencial que haja o efetivo comprometimento da comunidade escolar e que esta participe da gestão numa perspectiva coletiva e participativa, onde todos os componentes da escola participem democraticamente das decisões da instituição escolar.

Palavras – Chave: Políticas Educacionais, Conselho Escolar e Escola.

INTRODUÇÃO

Atualmente as pesquisas realizadas no campo da educação no Brasil demonstram que as desigualdades socioeconômicas são legitimadas pela escola que, ao invés de superá-las, as reproduzem, com desiguais oportunidades de obter um desempenho acadêmico favorável. Trazendo a discussão de qual é o real papel da educação como instrumento de reprodução ou mudança, e sua função no processo de democratização da cultura e dos conhecimentos científicos. Portanto, torna-se imprescindível ampliar as pesquisas e discussões sobre a Educação Básica, em especial para as escolas públicas que têm o papel fundamental no que tange a sua função social e educacional.

Para que se efetive a qualidade do ensino é primordial que se efetue o envolvimento da comunidade escolar através da participação na gestão, numa perspectiva democrática, coletiva e participativa, pois quando aumentamos a qualidade do ensino, também contribuimos para uma qualidade social.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Ao pensarmos a escola também devemos considerar seu conselho escolar, compreendendo-o como elemento de articulação e mediação entre as ansiedades e expectativas individuais dos diferentes agentes da escola e os objetivos da política educacional propagada pelo sistema de ensino. Para tanto, não podemos esquecer a dificuldade de muitos em desenvolver suas atribuições, as relações de poder no interior da escola, o conselho como espaço de mediação, a questão da mediação e conciliação e, por último, a singularidade de cada unidade escolar. O governo tem atuado em defesa de uma educação de qualidade pautada no binômio inclusão e democratização. (DOURADO, 2007)

Para Dourado (2007), as políticas públicas, apesar de algumas mudanças na área da gestão educacional, têm-se mantido com vários programas no formato original, em especial o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Novos programas surgiram a fim de contribuir com os processos de democratização da gestão escolar, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Esse programa foi criado em 2004, para cumprir o que determinam as três principais leis da educação: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996; o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001; e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007. Ele visa a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica nas cinco regiões do país, envolvendo os sistemas de ensino públicos estaduais e municipais por meio de sua adesão à sistemática de apoio técnico, pedagógico e financeiro do Ministério da Educação. O foco está em contribuir com a discussão sobre a importância de conselhos escolares nas instituições e promover o fortalecimento dos conselhos existentes.

Segundo a SEB/MEC, em todo o país, as Secretarias de Educação vinham solicitando cursos de formação continuada em conselhos escolares. A Ufscar - mais especificamente o seu Departamento de Educação -, foi a pioneira no oferecimento do Curso de Extensão à Distância “Formação Continuada em Conselhos Escolares”, tendo como prioridade formar os diretores, professores e técnicos das SMEs, contribuindo para democratização da gestão escolar. Esse tipo de formação continuada aproximaria



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

as Secretarias Municipais dos conselhos escolares, e também aproximaria mais a universidade da realidade da educação básica, o que ajudaria a refletir mais especificamente e com mais profundidade, a gestão democrática.

Partindo desse pressuposto, o conselho escolar é concebido como espaço de participação da comunidade na gestão da escola pública, dar voz aos sujeitos, às pessoas que fazem a escola efetivamente, em suas ações cotidianas, construindo seus Programas Políticos Pedagógicos coletivamente, fazendo com que todos os membros da escola sintam-se pertencentes a ela, contribuindo e atuando para que suas metas e objetivos sejam alcançados.

METODOLOGIA

Para apresentação deste artigo, trago a análise bibliográfica do atual contexto dos conselhos escolares e gestão democrática, e o trabalho de campo onde atuei na equipe pedagógica do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares.

Trata-se de uma pesquisa de dissertação de mestrado que esta em andamento e recorre as abordagens qualitativa, no que se refere a análise dos dados. Utiliza também instrumentos quantitativos como questionários e entrevistas. A articulação das abordagens quantitativas e qualitativas com a utilização de dados, observações de campo, análise documental, projeto político pedagógico, entrevistas, permite trabalhar relacionalmente os contextos macro e micro sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sociedade brasileira vemos que, apesar da intensa mobilidade social, persiste uma desigualdade de renda e oportunidades. Entretanto, vários estudos apontam para o papel da escolarização na melhoria da qualidade de vida e no acesso a maior e melhores oportunidades, sendo que a educação ainda é a forma mais eficaz de mobilidade social e elevação de renda (VALLE; SILVA, 2000 *apud* PAULA, 2013).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Portanto, podemos considerar como são importantes os estudos sobre a mobilidade social e a escolarização no Brasil, e desse modo investir mais na produção de estudos sobre a relação entre as formas de gestão e a ampliação ou restrição da democratização na escola, assim como da participação comunitária.

Nos últimos anos, os movimentos sociais ligados à educação, assim como as entidades de classe e as associações acadêmicas, lutam pela gestão democrática, como princípio, e defendem a importância do controle social da escola, em especial do seu financiamento e orçamento, a eleição dos gestores e ao papel do conselho escolar. Destacamos o empenho da ANFOPE, da ANPED, da ANPAE, do FORUMDIR e do CEDES, nesse sentido, bem como das federações dos sindicatos de professores e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (PAULA, 2013 p. 4).

A Constituição de 1988, é um marco no processo de democratização da sociedade, fruto de ampla mobilização social e popular, organizada pelos movimentos sociais, para a discussão e proposição de uma legislação que ampliasse os direitos da cidadania e o acesso a parcelas da população historicamente excluídas (BRASIL, 1988). Dentre os princípios que devem nortear a educação escolar, consta o art. 206 da Carta de 1988, confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que explicita, no inciso VIII do art. 3º, a importância da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. (BRASIL, 1996)

Os conselhos escolares despontam como instâncias privilegiadas e potenciais de instituir uma gestão democrática e participativa na escola.

A escola pública poderá, dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

A contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta e exige a gestão democrática na escola. Nesse sentido, a forma de escolha dos dirigentes, a organização dos Conselhos Escolares e de toda a comunidade escolar para participar e fazer valer os seus direitos



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

e deveres, democraticamente discutidos e definidos, é um exercício de democracia participativa. Assim a escola pública contribuirá efetivamente para afirmar os interesses coletivos e construir um Brasil como um país de todos, com igualdade, humanidade e justiça social. (MEC, 2004, p.19)

É necessário fazer uma avaliação crítica da contribuição que os conselhos escolares fazem na construção de uma gestão democrática. Sua atribuição é ‘deliberar sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras, assim como analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Assim, os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, que atuando em conjunto podem e devem definir de forma participativa os caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Desta forma, acreditamos que o Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Assim, o Conselho Escolar é:

...um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. (MEC, 2004, p.22)

Hoje, um dos maiores desafios do sistema educacional é a elevação da qualidade do ensino público, pois paralelamente ao aumento quantitativo das vagas persiste acelerado declínio de desempenho auferido pelas avaliações nacionais. A gestão democrática torna-se cada vez mais uma demanda para a democratização da própria sociedade brasileira e para a melhoria da educação básica, tendo os Conselhos escolares uma instância de construção e fortalecimento da democratização da gestão e da participação comunitária na vida escolar.

Atualmente, a UFRRJ tem um papel significativo no fortalecimento dos conselhos escolares no Estado do Rio de Janeiro, pois oferta 240 vagas para o Curso de Extensão a Distância “Formação Continuada em Conselhos Escolares”, atendendo os municípios do Rio de Janeiro e apoiando as Secretarias de Educação no fortalecimento da Gestão Democrática. O curso tem como referência os materiais didáticos elaborados



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

para o Programa Nacional, produzidos e disponibilizados pela Secretaria de Educação Básica do MEC, que contribui para reflexão e aprofundamento de seus cursista sobre conselho escolar e gestão democrática.

É notória a importância de construir uma escola com uma gestão democrática e participativa, onde o processo de escolarização é interagir com a comunidade escolar para promover o exercício da cidadania, formar sujeitos críticos, participativos e autônomos na construção de seu próprio conhecimento, assegurando a participação consciente e responsável da sociedade, desenvolvendo o respeito pela diferença através de uma relação dialógica.

Sendo assim, uma boa gestão deve ser participativa, abrangente, orientada por objetivos claros, promovendo a melhoria da qualidade, pertinência e relevância das atividades desenvolvidas na área pedagógica e na administrativa. A gestão democrática vem para contribuir para a melhoria do lócus escolar, para estimular a identidade própria de cada instituição de ensino, preservando a sua pluralidade de opiniões.

CONCLUSÃO

A gestão democrática propicia efetiva participação e consolidação da identidade da escola, provocando as instâncias de participação da comunidade e a percepção da necessidade do engajamento dos agentes escolares nos diversos setores da instituição escolar para tomadas de decisão. A partir disto, pode-se produzir maior conscientização da comunidade escolar, fazendo com que todos os integrantes do espaço escolar percebam que possuem o mesmo grau de importância para o bom funcionamento da instituição e que as contribuições também são responsabilidade de todos para a melhoria da educação.

Ainda assim, percebemos que é um desafio instituir em todas as escolas conselhos escolar, já que é necessário haver uma mudança de cultura neste ambiente. Sua capacidade de impulsionar a ação para promover resultados desejados. E estas devem ser monitoradas e avaliadas, a fim de evidenciar ao público os seus resultados e



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIOGRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

se ter parâmetros para o prosseguimento das ações. Precisamos ultrapassar a questão do discurso e partir para a relação teoria e prática através de uma gestão de fato participativa e democrática.

É preciso fortalecer a consciência cidadã, buscando a emancipação dos sujeitos sociais, através da autorreflexão, sem haver um saber dominante sobre os dominados. A educação que visa à libertação tem como principal objetivo a transformação da realidade da sociedade, para melhorá-la e torná-la mais humana, envolvendo, além do processo educativo, os demais processos essenciais à vida de uma sociedade: a atividade política, econômica e cultural. A gestão democrática, nesta perspectiva, é uma forma de incentivo para que este objetivo seja alcançado, se for realizada de corresponsabilidade, partilhada, consciente e visando a autonomia de todos os agentes escolares e da escola.

Portanto o Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola, pois visa aumentar o diálogo entre a comunidade e o lócus escolar, possibilitando a democratização do ensino e a melhoria de sua qualidade para todos os membros que compõem o sistema escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2011.

_____. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 set. 2004. Seção 2, p. 7-8.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de. & TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Conselhos Escolares. Democratização da Escola e Construção da Cidadania**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, DF, MEC/SEB, 2004.

PAULA. L. A. **Conselhos Escolares e Gestão Democrática: possibilidades de construção da participação coletiva nas escolas públicas fluminenses**. Projeto de Pesquisa. UFRRJ, PIBIC/CNPq, 2013.